

REVISTA

VIA SPIRITUS

O ETERNO NO TEMPO.
MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO
DE IDENTIDADES NAS PRÁTICAS
DE ESCRITA DAS ORDENS RELIGIOSAS

N.º23'2016



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso

DIREÇÃO | Zulmira C. SANTOS (FLUP/CITCEM); José Adriano Freitas
de CARVALHO (FLUP/CITCEM); Maria Idalina Resina RODRIGUES (FLUL/CITCEM);

CONSELHO DE REDAÇÃO | Isabel MORUJÃO (FLUP/CITCEM); José Adriano Freitas
de CARVALHO (FLUP/CITCEM); Luís de Sá FARDILHA (FLUP/CITCEM);
Pedro Vilas Boas TAVARES (FLUP/CITCEM); Zulmira C. SANTOS (FLUP/CITCEM)

COMISSÃO CIENTÍFICA | Felice ACCROCCA (Pontificia Università Gregoriana, Roma);
José Adriano Freitas de CARVALHO (FLUP); Maria Idalina Resina RODRIGUES (FLUL);
Maria Lucília G. PIRES (FLUL); Pedro M. CÁTEDRA (Facultad Filología – Universidad de
Salamanca); Roberto RUSCONI (Università Roma Tre); Victor INFANTES (Facultad Filología –
Universidad Complutense de Madrid)

CONSELHO CONSULTIVO | Bernard DOMPNIER (Université Blaise Pascal Clermont-Ferrand);
Gabriella ZARRI (Università degli Studi di Firenze); José Adriano Freitas de CARVALHO (FLUP);
Maria de Lurdes C. FERNANDES (FLUP); Pedro M. CÁTEDRA (Facultad Filología –
Universidad de Salamanca); Roberto RUSCONI (Università Roma Tre);
Stefano ANDRETTA (Università Roma Tre); Victor INFANTES (Facultad Filología –
Universidad Complutense de Madrid)

COORDENAÇÃO | Zulmira C. SANTOS (FLUP/CITCEM)

SECRETARIADO | Paula Almeida (FLUP/CITCEM)

EDIÇÃO | CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»
Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Via Panorâmica, s/n | 4150 -564 Porto (Portugal)
email: citcem@letras.up.pt

n.º 23 | ano 2016

Periodicidade: Anual | tiragem: 300 exemplares

Depósito Legal n.º 85227/94

ISSN: 0873-1233-23

Design: HLDDESIGN.pt

Impressão e acabamento: Sersilto - Empresa Gráfica, Lda

Os números desta revista são monográficos.

Esta publicação está sujeita a peer-review.

Versão digital: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04/id1146&sum=sim>

Revista indexada em : DOAJ, Latindex, Fonte Académica;

Esta publicação respeita os critérios da política de livre acesso à informação.

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do
COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por
fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

BUESCU, Ana Isabel – *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*. Lisboa: BNP, 2016, ISBN 978-972-565-577-1, 385 pp.

«Nascida» no âmbito de um projeto de estudo interdisciplinar do património de D. Teodósio I (1510? – 1563), quinto duque de Bragança, coordenado por Jessica Hallet e desenvolvido pelo Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a obra que aqui recenseamos, *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, apresenta-se como um importante contributo no domínio da História cultural, na medida em que oferece ao leitor uma aprofundada análise sobre aquela biblioteca ducal portuguesa, realizado com base na cópia seiscentista do «Inventário de Bens da Casa de Bragança», em que, entre, aproximadamente, seis mil objectos, que se destacam pelo seu luxo e ostentação, estão incluídos cerca de mil e seiscentos livros.

Neste sentido, pesem embora as informações, por vezes lacunares ou pouco claras, do «Inventário» - que diz respeito a uma livraria que, actualmente, não possui uma existência física – Ana Isabel Buescu identifica cerca de novecentas obras (contemplando também autores e possíveis edições), com excepção dos livros conservados fora da livraria – tal como os que se encontravam na capela do paço de Vila Viçosa – ou pertencentes a núcleos específicos – Arquitectura, Livros em grego e em hebraico, Medicina, Música –, cujo estudo coube a outros investigadores que integraram o mesmo projecto (p. 15), contextualizando histórica e culturalmente esta biblioteca na sua época, comparando-a com outras grandes e importantes bibliotecas régias e aristocráticas dos séculos XV e XVI e delimitando, simultaneamente, as várias secções pelas quais se distribuía o acervo.

Tendo em conta estas coordenadas, o estudo desenvolvido pela Autora revela-se, em certa medida, tributário da pioneira abordagem de Luís de Matos (*A corte literária dos duques de Bragança no Renascimento*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1956). Por outro lado, a investigação de Ana Isabel Buescu assume-se como um novo contributo na moldura dos estudos que se têm vindo a debruçar sobre os acervos e a importância das bibliotecas – e que têm chamado a atenção para as biblioteca femininas, nomeadamente de rainhas, princesas ou grandes senhoras, como os de Pedro Cátedra¹ ou Damien Plantey², ou para as bibliotecas monásticas e conventuais, de que são exemplo fundamental os trabalhos coordenados por José Adriano de Freitas Carvalho³ –, que, muito naturalmente, têm permitido construir

¹ *Bibliotecas y Libros de Mujeres (siglo XVI)*, Salamanca, Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, 2004.

² *Les Bibliothèques des princesses de Navarre au XVIIe siècle: livres, objets, mobilier, décor, espaces et usages*. Lyon: Presses de l’ENSIB, 2016.

³ *INVENTÁRIO da livraria de S. António de Caminha* (dir. de José Adriano de Freitas Carvalho), FLUP/CIUHE, 1998; *INVENTÁRIO da livraria de S. António de Ponte de Lima* (dir. de José Adriano de Freitas Carva-

– e reconstruir – várias alas desse «edifício» que constitui a História do livro e auscultar a importância de determinados centros de edição, que poderão ajudar a compreender de forma mais clara os vectores de circulação do livro impresso, ainda que esta dimensão deva ser olhada com certa reserva, sobretudo se pretendermos articulá-la com a problemática em torno da História da leitura – sobretudo no que diz respeito à posse e usos do livro –, pois o facto de uma determinada obra existir em um biblioteca não significa que esta tenha sido lida ou sequer manuseada.

A obra encontra-se dividida em quinze capítulos, de extensão variável.

No primeiro capítulo, intitulado «Dinâmicas culturais em Portugal e a Casa de Bragança no século XVI» (pp. 25-46), a Autora esboça uma contextualização histórica e cultural do «Humanismo português», articulando-o com o estabelecimento da biblioteca de D. Teodósio I, e realçando, como aspectos centrais, a chegada de Cataldo Parísio Sículo a Portugal, o papel exercido por D. Miguel da Silva, Clenardo, João Rodrigues de Sá de Meneses e Francisco de Holanda no domínio cultural, assim como a influência de aspectos de matriz «italianizante» na arquitectura e na literatura.

Tentando destacar a «excelência» da livraria ducal ao tempo de D. Teodósio I, Ana Isabel Buescu estabelece uma comparação entre aquela e as livrarias de D. João I, D. Duarte e D. Manuel I, destacando o peso ocupado pelas obras religiosas ou de espiritualidade, pela cronística e pela historiografia, assim como o facto de o aparecimento da imprensa ter vindo a permitir a multiplicação de obras, inscritas em filões literários diversos, que contribuíram para o progressivo crescimento das colecções privadas – ainda que o manuscrito continuasse a ocupar um lugar de relevo, que não poderá, muito naturalmente, ser dissociado de uma lógica de prestígio e distinção social (pp. 78-79), tanto portuguesas, como estrangeiras, de que é claro exemplo a de Matias Corvino, rei da Hungria, e a de Fernando Colón.

Com efeito, como afirma a Autora, «os números mostram que, no contexto geral de um inventário que integra cerca de 6000 itens, os livros são o objecto mais abundante, com um total de 1657 entradas. [...] Em termos percentuais, os livros alcançam mais de 25% do total dos objectos inventariados, seguindo-se os têxteis, que ocupam uma posição de destaque, ao alcançarem um número pouco inferior ao dos livros» (p. 87). Como sublinha Ana Isabel Buescu, «o valor atribuído à dimensão material e física do livro enquanto objecto, sobretudo se avaliado no quadro de um inventário com estas características e finalidade, revela quanto a concepção do livro-tesouro era ainda dominante nas colecções aristocráticas» (p. 89).

Seguidamente, a Autora analisa a «estrutura e a organização no que diz respeito às matérias e secções» que constituíam a livraria (p. 93), que se distribuía do seguinte modo:

lho), Porto, FLUP/CIUHE, 2002 (Biblioteca da Via Spiritus; 3).

«Liuros de Teologia» (pp. 99-110); «Liuros de linguagem de Theologia & contemplação» (pp. 110-116); «Liuros de Canones» (pp. 116-120); «Historiadores em latym» (pp. 120-138); «Estoriadores em lingoagem» (pp. 139-145); «Liuros de leis» (pp. 145-148); «Oratoria e Gramatica» (pp. 148-154); «Liuros profanos em romance» (pp. 154-168); «Liuros italianos de diversas matérias» (pp. 169-173); «Filosofia» (pp. 173-176); «Astrologia & Mathematica» (pp. 176-189); «Poesia» (pp. 189-192); «Liuros em françes» (pp. 192-196); «Liuros em alemão» (pp. 196-199); «Liurinhos que estam em tres caixõins pequeninos dourados» (pp. 199-204).

O maior núcleo da livreria era constituído por obras de teor religioso, teológico e litúrgico (pp. 99-110), que se revela, muito naturalmente, em sintonia com as circunstâncias, contingências e gostos da época. Ao lado de autores da tradição patrística, como Santo Agostinho ou São Jerónimo, ou da teologia escolástica medieval, como São Boaventura e São Tomás de Aquino, encontravam-se diversas obras que se inscreviam na moldura do «movimento» europeu de reforma espiritual que ficou conhecido como *Devotio moderna*, surgido na segunda metade do século XIV, que constituiu um passo crucial no sentido da afirmação de uma espiritualidade afectiva e prática, colocando a tónica na importância da vivência interior do fenómeno religioso, e potenciou a produção e a difusão de livros devotos «em vulgar».

Como realça Ana Isabel Buescu, «outro traço marcante nesta secção é a presença da teologia, da pedagogia, da catequética religiosa e da espiritualidade contemporâneas com forte expressão peninsular» (p. 105). Não deixa de ser significativo o facto de ter sido adquirido para a biblioteca de D. Teodósio I um considerável conjunto de obras que se inscreviam na moldura da controvérsia religiosa entre católicos e protestantes (p. 108).

No filão constituído pelos «Liuros de linguagem de Theologia & contemplação» (pp. 110-116), valerá a pena realçar, como o fez Ana Isabel Buescu, a forte presença de muitos autores da mística medieval, assim como o incontestável destaque que as edições castelhanas assumem (p. 111).

A segunda maior secção da livreria ducal é constituída pelas obras dos «Historiadores em latym», facto este que terá que ser, naturalmente, associado não apenas da matriz que pautou a cultura nobiliárquica, desde a Idade Média, mas também da revalorização de que a História foi objecto no Renascimento, que, como é sabido, muito acentuou a sua função moral e formativa. Como realça a Autora, «a secção dos Historiadores em latim incluía um grande número de historiadores da Antiguidade greco-latina, cuja difusão europeia foi potenciada pela tipografia humanista. César, Tito Lívio, Salústio, Quinto Cúrsio e Suetónio contam-se entre os historiadores então mais difundidos» (p. 124). Nesta moldura, não será despendendo sublinhar a presença de Plutarco, nomeadamente das suas *Vitae Parallelae*, cujo sucesso, sobretudo a partir do Humanismo, se deveu, em larga medida, ao facto de fornecer

modelos de heroicidade, em que se destacavam os exemplos de Alexandre Magno e de Júlio César.

Por outro lado, «não deixa de ser curioso verificar que na livraria de D. Teodósio encontramos muita literatura de ficção e de entretenimento de vários teores, mas não muitos livros de cavalaria, nem mesmo o clássico *Amadis de Gaula* (1508), cuja leitura, de tão grande predileção de reis e senhores no século XVI, relançou nas cortes régias e aristocráticas a “moda” do romance cavaleiresco à maneira medieval» (p. 124).

No núcleo constituído pelas obras dos «historiadores em linguagem», encontravam-se várias traduções de obras de autores gregos e latinos em vernáculo, sobretudo em castelhano, assim como várias crónicas (pp. 141-145).

O filão em que se inscreviam os livros de «Oratoria e Gramatica» era de natureza bastante heterogénea, em termos de conteúdo, sendo constituído por textos «tutelares», como a *Iliada* e a *Odisseia*, assim como por várias obras de Cícero e de Quintiliano (p. 148), mas também de autores portugueses, como D. Jerónimo Osório.

De natureza heterogénea era também a secção constituída pelos «Livros profanos em romance», sobretudo em português e em castelhano, na medida em que a integravam obras de ficção, que, muito naturalmente, correspondiam ao gosto do público-leitor pelo deleite e pelo entretenimento – a título de exemplo, permitimo-nos referir as *Obras* de Jorge de Montemor e várias traduções castelhanas de clássicos da Antiguidade, entre as quais se contavam as *Etiópicas*, de Heliodoro –, assim como textos coevos – a *Miscelânea*, de Garcia de Resende, a *Copilaçam das obras de Gil Vicente* (1562) ou «crónicas e relações de acontecimentos e realidades geográficas europeias e extra-europeias» (p. 157). Ana Isabel Buescu destaca a presença, na livraria de D. Teodósio I, do actualmente raríssimo *Livro da origem dos turcos he de seus emperadores* (Lovaina, 1538), de Fr. Diogo de Castilho, «que se inscreve na abundante literatura quinhentista sobre o Império Otomano» (p. 158), assim como a existência de «duas obras capitais da arte de navegar e da guerra» - a *Arte de navegar* (1545), de Pedro de Medina, e a *Arte da guerra do mar* (1555), de Fernando de Oliveira (p. 159), de «vários exemplares do tratado de Vegécio e outros autores, antigos e modernos, sobre a arte militar» (p. 159) e de «espelhos de príncipes» (pp. 160-161). Esta secção da livraria era, muito significativamente, constituída por vários «livros de mão» (p. 164) – ou, para utilizarmos uma expressão corrente na época, «livros de fraldiqueira» -, que bem traduz a progressiva difusão deste formato livresco.

Para além dos livros portugueses e castelhanos, na biblioteca ducal existiam também obras em outras línguas vernáculas, nomeadamente em italiano, francês e alemão, mas também em grego, latim e hebraico, constituindo o que Ana Isabel Buescu designou como uma «livraria multilíngue». No caso das obras em castelhano, para além de estas traduzirem o facto de, como já realçou Vítor Aguiar e Silva, Portugal e Espanha constituírem, no século

XVI, uma comunidade interlinguística, esse facto poderá ser também ilustrativo daquilo que Maria de Lurdes Correia Fernandes designou como uma «biblioteca ibérica» - e também latina – em relação à biblioteca de Jorge Cardoso (p. 235).

Entre as várias e diversas secções da livraria, Ana Isabel Buescu realça, no seu estudo, a de «Filosofia», em que pontificavam autores como Platão e Aristóteles, ainda que, como a Autora bem realçou, esta categoria incluiu a vertente da «filosofia natural», como, de resto, dá conta a existência da *Naturalis Historia*, de Plínio, ou de *De re metallica*, do alemão Georgius Agricola (pp. 175-176), assim como a de «Astrologia & Mathematica», que, pese embora o seu sincretismo, «reflecte um mundo intelectual de transição e fascinadamente contraditório: a vigência multissecular de crenças e práticas, bem como, no plano da compreensão das estruturas cosmológicas e do mundo natural, do legado aristotélico-ptolemaico, a profunda mutação epistemológica em marcha, acolhendo obras que apontam para novos e decisivos caminhos na compreensão dos astros e do mundo natural [...] e a sua coexistência com crenças, práticas e saberes sincréticos, fundados nos labirintos de outras compreensões do mundo» (pp. 177-178).

A secção constituída pelos «liurinhos que estão em tres caixõins pequeninos dourados» (pp. 199-204), não apresenta, como explica Ana Isabel Buescu, «uma arrumação específica no interior da livraria» (pp. 199-200). Para além da heterogeneidade que caracteriza este núcleo, um olhar pelo seu conteúdo permitirá destacar que «são em grande medida livros de matriz cultural Antiga e italiana, e que [...] deverão ter chegado à livraria vindos de Itália dentro desses pequenos caixotes, onde terão permanecido» (p. 200), moldura que, muito naturalmente, traduz a circulação, o comércio e o intercâmbio de livros que pautou a ambiência cultural europeia do século XVI.

Nas considerações que tece, ao longo dos capítulos seguintes, Ana Isabel Buescu afirma que a biblioteca de D. Teodósio I constitui «em termos de dimensão, tanto quanto hoje sabemos» a «maior livraria portuguesa do tempo e, à escala europeia, numa perspectiva comparada, [...] uma grande livraria do Renascimento» (p. 209). Por outro lado, valerá a pena sublinhar que «entre autores antigos e modernos, virtualmente todos os grandes nomes e as obras fundamentais de cada saber – e portanto, também, muitos dos grandes lugares de edição e os grandes editores da época – se encontravam representados na actualizadíssima livraria da Casa de Bragança na primeira metade do século XVI» (p. 209), ao mesmo tempo que se revela um importantíssimo testemunho de uma «livraria aristocrática, onde modelos e práticas próprias do grupo social da nobreza se mostram reiteradamente e em múltiplas das suas facetas: uma cultura escrita jurídica e teológica, dos poderes e dos modelos do perfeito príncipe, a memória da linhagem e a cronística régia, a arte militar e da guerra, a arquitectura, a caça, a fruição e o prazer da literatura, da ficção amorosa e cavaleiresca» (p. 210).

O capítulo sétimo, intitulado «Uma dupla experiência intelectual: livro e imagem» (pp. 211-215), acentua a progressiva importância que o registo iconográfico vai alcançando no corpo físico do objecto impresso, reflectindo, deste modo, as potencialidades que a imprensa oferecia, assim como os gostos – e talvez até exigências... - que os leitores iam, paulatinamente, demonstrando.

No capítulo nono, «Sobre a avaliação dos livros. Alguns dados comparativos» (pp. 237-244), a Autora procede a uma avaliação monetária das obras da livraria, que, naturalmente, apresentam valores muito diferenciados; neste quadro, são os livros de Teologia e de Direito que ocupam uma posição cimeira (p. 238).

Como realça Ana Isabel Buescu, se é verdade que o acervo da livraria ducal se parecia coadunar com os gostos de D. Teodósio I e, muito provavelmente, de membros da sua Casa, também não será despendioso considerar que esta terá sido uma «biblioteca ao serviço de latinistas, humanistas, teólogos ou homens de ciência que frequentavam ou estavam ao serviço da corte de Vila Viçosa» (p. 277), tanto mais que o duque aspirava estabelecer Estudos Superiores naquele local. Ora, esta moldura obriga-nos, assim, a «lançar um outro olhar sobre a livraria brigantina, colocando-a, por um lado, num outro horizonte intelectual e, por outro, integrando-a na rede de diapositivos de afirmação de poder e de prestígio da Casa de Bragança», mas também a valorizar a prática do patrocínio e do mecenato desenvolvida pelo duque D. Teodósio I (pp. 281-282), assim como «a existência de uma rede de agentes nos mais importantes lugares de produção e comercialização livreira da Europa do Renascimento» (p. 283).

Por tudo isto, o estudo de Ana Isabel Buescu apresenta-se como um importante contributo no domínio da História cultural, na medida em que, através dos múltiplos vectores que enformam a sua investigação, dá conta não apenas do processo de transmissão da cultura escrita no Portugal Quinhentista, nomeadamente no que diz respeito à posse e à circulação de obras de natureza diversa, mas também da progressiva organização e divulgação do Saber. Neste sentido, esta obra vem, em boa hora, revalorizar a importância que o estudo dos inventários e dos acervos das bibliotecas assumem na moldura da História, reafirmando a centralidade que estas assumiram, desde a Antiguidade, no processo de conservação da cultura escrita, mostrando quão longínquo (e improvável...) estará o «assustador» futuro que nos augurava Ray Bradbury, em 1953, no seu *Fahrenheit 451*...

Paula Almeida Mendes

(Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CITCEM)

CHARTIER, Roger — *La main de l'auteur et l'esprit de l'imprimeur (XVI^e-XVIII^e)*. Paris: Éditions Gallimard, 2015, ISBN 978-2-07-046282-7, 406 pp.

«Escucho a los muertos con los ojos.» Écouter les morts avec les yeux» (p. 9). É com este verso de Quevedo que Roger Chartier dá início ao avant-propos do seu novo volume, publicado em Janeiro de 2015, e cujo título, *La main de l'auteur et l'esprit de l'imprimeur*, desde logo denuncia um dos temas transversais aos dez ensaios reunidos pelo autor, a saber: a complexidade do processo de composição e edição de um livro ao longo da História, mas sobretudo entre os séculos XVI e XVIII. Tendo em vista esta questão, Chartier começa por advertir o leitor para o facto de que se todos os historiadores de um período temporal que não o contemporâneo «doivent écouter les morts seulement avec leurs yeux et retrouver les paroles des anciennes dans les écrits qui en ont conservé la trace» (p. 9), a verdade é que na grande maioria dos casos os textos que até nós chegaram parecem conservar em si múltiplos silêncios. Aos historiadores cabe pois a difícil tarefa de os identificar e dotar de significado (p. 10), sublinhando a estreita relação existente entre determinadas obras de ficção e a memória viva, individual e / ou coletiva, que atribuem ao passado «une présence souvent plus forte que celle proposée par les livres d'histoire» (pp. 11 e 12).

Assim sendo, o objetivo primordial desta obra é compreender as modalidades de produção, circulação e apropriação dos textos escritos, «dans un monde encore dominé par la parole vive, la conversation populaire ou lettrée et les héritages ou les techniques de la mémoire» (p. 17), a par das suas (des)continuidades mais expressivas impulsionadas por acontecimentos como a invenção da imprensa, em meados do século XV, por Gutenberg, o emergir de um discurso fundado na individualização da escrita e dos direitos de autor que, já no século XVIII, conduziriam a uma rutura com a antiga economia da escrita e ao aparecimento da noção de autor (pp. 12 e 13), ou, mais recentemente, no âmbito de um mundo editorial agora marcado pela “textualidade numérica”, pois que a mesma «boscule, en effet, les catégories et les pratiques qui étaient le socle de l'ordre des discours, et des livres, dans lequel furent imaginées, publiées et reçoivent les oeuvres ici étudiées» (pp. 17 e 42).

Iluminar para melhor entender a coexistência entre diferentes modalidades de escrita, desde os manuscritos aos impressos, passando pelos textos em formato eletrónico / digital é outro dos grandes eixos à volta do qual giram as considerações do autor, que aqui e ali vão pulverizando o seu trabalho com questões e sugestões de caminhos a seguir no sentido de apreender na sua globalidade a realidade da cultura escrita e das práticas de leitura coevas (p. 18). No fundo, ontem como hoje, o objetivo consiste em identificar

e interpretar um conjunto de alterações que consoante as diferentes épocas históricas conduziram à extinção, aparecimento e / ou coexistência de múltiplas configurações de produção e difusão dos textos, bem como de variadíssimas formas de relações entre os autores, as suas obras e o horizonte de expectativas de um público leitor cada vez mais amplo. Ao todo e por junto, num mundo em permanente mutação, a questão poderá mesmo colocar-se nestes termos: «Qu'est-ce q'un livre?» (p. 45).

Abordar sucessivamente cada um dos ensaios que compõem esta obra poderia ser uma opção, mas parece-nos mais estimulante aproveitar esta oportunidade para compreender na sua globalidade as temáticas transversais que os unem uns aos outros. A materialidade dos textos é a primeira das características em que Roger Chartier se focaliza. Considerá-la permite, além do mais, apreender sob um ângulo diferente os «Pouvoirs de l'imprimé» – título do capítulo que abre este volume. Começamos pela revolução operada pela invenção da imprensa que apesar do seu importante alcance não foi o único marco na longa história da materialização dos textos. Antecedendo-a em seis séculos, o aparecimento do “codex” deu ao livro a forma que atualmente conhecemos. Os índices, os quadros, a paginação ou ainda a confecção de um livro “unitário”, reunindo num mesmo volume as obras de um só autor, são outras tantas inovações textuais que manifestam «l'esprit de l'imprimeur» muito antes da invenção dos caracteres móveis da imprensa (p. 44). Também neste sentido, o autor recorda que inicialmente o livro impresso coabitou durante muito tempo com o manuscrito, permanecendo este último o único garante da qualidade dos autores e dos seus escritos, sublinhando ainda que acabou mesmo por dar origem a outras formas de escrita à mão: «L'imprimerie, du moins dans les quatres premiers siècles de son existence, n'a fait disparaître ni la communication ni la publication manuscrite. Plus encore, elle a invité à de nouveaux usages de l'écriture à la main» (p. 23). Na década de quarenta de 1700, a metamorfose operada numa das edições de *Hamlet* de Shakespeare em «prompt book» (quer dizer, em guia anotado para as representações teatrais), na qual o autor se debruça no capítulo VII – «Les temps des oeuvres» –, fornece-nos um exemplo evidente da coexistência, numa mesma página, da escrita na sua forma manuscrita e dos caracteres móveis (pp. 207 a 212).

Para além das adaptações oralizantes dos textos impressos à arte dramática, entre as razões que justificam a coexistência de que falamos, Roger Chartier indica as seguintes: «le moindre coût de production, la volonté de déjouer la censure, le désir d'une circulation restreinte, ou encore, la malléabilité de la forme manuscrite, qui permet additions et révisions.» (p. 23). O manuscrito parecia pois responder ainda a muitas necessidades, quer de autores quer de leitores, permitindo uma difusão controlada e limitada dos textos que, assim sendo, fugiam à censura prévia, podendo circular clandestinamente de forma mais ágil do que as obras impressas e correndo menos riscos de cair nas mãos

de leitores incapazes de os compreender, tal é o caso dos textos de libertinagem erudita ou dos textos filosóficos. Por outro lado, permanecendo uma forma aberta a correções, alterações, adições e / ou supressões, o manuscrito opunha-se à lógica dos interesses económicos da nova indústria do livro e protegia os textos das intervenções feitas por compositores desajeitados, tradutores ignorantes e corretores ainda menos conhecedores. É neste quadro que, pouco a pouco, surge entre os “adeptos” do texto impresso a necessidade de construção de uma lógica de excelência e de reconhecimento das obras, cujo enquadramento do seu exercício são, entre outros aspetos, os paratextos.

Considerando que todos os livros têm a sua própria materialidade, nos séculos XVI e XVII, em especial, mas também no século XVIII, a resposta aos silêncios de que Chartier nos fala desde o início estará nos textos preliminares com que os leitores dessas épocas se deparavam, muito antes de acederem ao texto que se publicava. É nesse conjunto de “paratextos”, para usar o termo de Gérard Genette (*Seuils*), que se faz luz sobre as orientações de leitura e que se manifestam as «multiples relations impliquant le pouvoir du prince, les exigences du patronage, les lois du marché et les rapports entre les auteurs et leurs lecteurs» (p. 14), não esquecendo, naturalmente, censores, editores, impressores e livreiros. Tal como o historiador, perguntar-nos-emos se «La relation aux morts qui habitent le passé peut-elle se réduire à la lecture des écrits qu'ils ont composés ou qui parlent d'eux-mêmes sans le vouloir?» É óbvio que não, pois os textos e as suas representações têm uma história, a qual não se pode dissociar da época em que foram (re) editados ou representados (no caso do teatro), ou das motivações, conscientes ou não, dos autores / actores dessas translações que lhes atribuem uma nova força interpretativa. Por isso, os efeitos da invenção da imprensa «concernent avant tout les relations entre les oeuvres en tant que textes et les formes de leur inscription matérielle» (p. 29). Como tal, são raros os livros que entre os séculos XVI e XVII começam pelo texto que se publica. Iniciam-se, antes, com um conjunto de peças preliminares que, manifestando a existência de inúmeras relações de poder, nos permitirão, em última instância, identificar algumas das redes clientelares mais expressivas no que diz respeito ao “mundo literário” coevo. No capítulo V, intitulado «Preliminares», a análise feita aos paratextos de duas edições espanholas do *Dom Quixote*, datadas de 1605 e 1615, compostos por dedicatórias e advertência do autor, aprovações dos censores, indicações sobre o livreiro / impressor e o privilégio real que autorizou a impressão do livro, permite observar claramente o sistema editorial da época.

Não esquecendo que a questão subjacente a estas reflexões é ainda a do manuscrito versus texto impresso, curioso é notar como esta não deixa de ser abordada nestes textos iniciais incidindo, por um lado, no fato da transmissão manuscrita não corresponder obrigatoriamente à alteração dos textos em função das múltiplas cópias que deles se

faziam por pessoas diferentes ao longo do tempo e, por outro, no fato da imprensa ser também ela aberta à mobilidade, à flexibilidade e à variação. Com efeito, nem sempre a capacidade da imprensa em reproduzir um texto idêntico em cada um dos seus exemplares significou que assim fosse na realidade. E Chartier afirma mesmo: «en un temps où les tirages demeurent limites (...) le succès, donc la reproduction d'une œuvre, suppose de multiples rééditions, jamais tout à fait identiques les unes avec les autres.» (p. 25), sobretudo num período em que, antes do aparecimento da noção de autor no século XVIII, a escrita colaborativa, a intertextualidade das obras e a sua recuperação favoreciam a participação intelectual do impressor e / ou editor na elaboração do texto (no caso dos paratextos existem diversos exemplos de dedicatórias redigidas por impressores e / ou editores, em especial quando se trata de reedições ou edições póstumas, na maioria das vezes por motivos relativos à garantia do sucesso editorial das mesmas), bem como a sua abertura a várias interpretações possíveis, como o evoca Jorge Luís Borges no seu célebre *Pierre Ménard, auteur du Quichotte*. Considerando que o nome do autor, longe de ser um simples nome, representa antes um conjunto de imagens, que de certa forma interferem com o texto e condicionam a sua leitura, Borges, ao imaginar a história da reescrita do texto de Cervantes por outro escritor, sublinha que os livros possuem em si várias realidade que os leitores podem e devem explorar (pp. 289 a 299).

Ao estudar um dos seus temas de eleição, a variabilidade do sentido dos textos segundo a sua materialidade, a sua preparação editorial e a sua apresentação escrita ou oral, no caso dos textos dramáticos, por exemplo, Roger Chartier mergulha no universo da preparação dos livros, passando pela sua redação e posterior impressão, para demonstrar que tanto autores como impressores, antes de mais leitores capazes de mobilizar saberes inscritos na memória individual e coletiva, recorriam frequentemente a inúmeras formas de intervenção, mais ou menos livres, sobre os textos. Se aos primeiros não se pode negar a mestria com que convocavam alguns dos seus pares, nomeadamente através de citações, aos segundos, verdadeiros “artistas” da paginação e da pontuação, deve atribuir-se, não raras vezes, a alteração do significado e do alcance dos escritos em primeira mão que lhes eram confiados para posterior impressão. Neste sentido, parece-nos pertinente perguntar se a prática do conhecimento ligada à produção de manuscritos não terá, pouco a pouco, sido transferida para o âmbito da impressão, pelo menos até meados do século XVIII, altura em que a mão do autor se torna o único garante da autenticidade dos textos? (pp. 61 a 67). Quer se trate da noção de propriedade individual, quer se trate da materialidade do livro, Roger Chartier abre caminho a um diálogo apaixonante entre o passado e o presente. Se, como já sublinhado, no século XVIII a literatura funda a sua estrutura na individualização da escrita, na originalidade das obras e na consagração da noção de autor, o mesmo não acontecia anteriormente. Até então era prática comum

«l'écriture en collaboration, le réemploi d'histoires déjà racontées, de lieux communs partagés, formules répétées, ou encore, les continuelles révisions et continuations» de textos permanentemente em aberto (pp. 13 e 58). No caso das obras dedicadas a um patrono ou mecenas, situação que entre os séculos XVI e XVII era recorrente, os autores chegavam mesmo a ser copistas dos próprios textos, provavelmente com o objetivo de os moldarem em função de uma edição impressa posterior (p. 57).

Neste sentido, Chartier constata que os manuscritos de autores que compuseram entre Seiscentos e Setecentos não devem ser considerados como «les traces du processus d'écriture, object privilégié de la critique génétique, mais comme des copies de l'oeuvre destinées aux mécènes ou aux troupes théâtrales» (p. 58). Conforme relembra o autor, foi no âmbito deste “paradigma literário” que Shakespeare compôs as suas peças e que Cervantes escreveu o *Dom Quixote*, numa época de fraco reconhecimento do escritor enquanto tal: «Ses manuscrits ne méritaient pas conservation, ses œuvres n'étaient pas sa propriété» (p. 13) e os seus livros, na sua materialidade (pontuação, divisões internas, parágrafos – elementos que lhes fixavam o sentido, etc.), correspondiam, antes de mais, às intervenções dos revisores, dos tipógrafos e dos impressores. Não é por acaso que boa parte dos tratados consagrados, no século XVII, à arte da imprensa insistem no papel decisivo dos corretores e dos compositores tipográficos (p. 59), não excluindo o papel dos copistas: «La préparation de l'“original” pour qu'il devienne la copie destinée à la composition typographique accroît plus encore la distance entre le manuscrit autographe et le texte donné à lire aux lecteurs (p. 59); «L'original”, qui était fort différent du manuscrit autographe du fait des interventions du copiste puis du correcteur, se trouvait plus encore transformé, ou déformé par le travail de l'atelier» (p. 60); «aux XV^e et XVII^e siècle, les manuscrits des auteurs n'étaient presque jamais utilisés par les typographes qui composaient avec les caractères mobiles les pages du livre à venir. La copie qu'ils utilisaient était un texte mis au propre par un scribe professionnel qui introduisait la ponctuation souvent absente ou rare dans le manuscrit autographe. Les mains qui ponctuaient les textes tels qu'ils étaient imprimés étaient donc rarement celles des auteurs.» (pp. 230 e 231).

Decorre pois destas considerações o alcance da advertência inicial de Roger Chartier: leitor de textos literários, o historiador deve sobretudo aprender a distinguir «la main de l'auteur et l'esprit de l'imprimeur», pois que na Europa dos séculos XV – XVII, mais do que da mão do seu autor, o livro resultava, entre outras, das intenções do respetivo impressor. Para além disso, não podemos esquecer que «Une fois imprimée, la copie utilisée dans l'imprimerie perdait toute importance et était détruite. C'est pourquoi peu nombreuses sont les copies d'imprimerie qui ont survécu», exceção feita para os casos de obras portuguesas e castelhanas, pois que o manuscrito deveria ser conservado para

exame censório, prevenindo assim possíveis alterações aquando da sua impressão (p. 60). Nesta equação entra ainda o leitor, posto que sobretudo aqueles a quem não faltava instrução não só corrigiam nas margens dos livros os “erros” que encontravam, como compunham para uso pessoal índices e erratas (p. 24). São disso exemplo algumas edições que até nós chegaram com registos destas situações. No âmbito destas considerações, resulta claro que ao leitor de Cervantes, Shakespeare ou Corneille era necessariamente exigido o confronto com uma sedimentação de intervenções a várias mãos que se foram sobrepondo ao longo do tempo.

A circulação dos textos é outra das características sobre a qual o autor insiste. Fazendo-o, chama-nos a atenção para a singularidade do livro e do texto impresso, que simultaneamente permite a fixação e a circulação das palavras e das ideias. E porque para poderem ser móveis, as obras devem ser traduzidas. Esta operação revela a última das características transversais sobre a qual o autor insiste ao longo deste volume: a maleabilidade dos textos. Sugerida pelas adaptações marginais que qualquer tradução implica, esta característica é radicalmente confirmada pelas metamorfoses de uma mesma obra. Num capítulo inteiramente dedicado a reflexões sobre a tradução, o terceiro, Chartier começa por sublinhar que entre os séculos XVI e XVII o ofício de tradutor, muito pouco considerado pelos autores, menosprezado até, aparece como a primeira atividade ligada à escrita monetariamente remunerada: «Dépréciée comme une simple copie de ce qui est déjà là, leur activité est pourtant la première qui entraîne une rémunération monétaire immédiate, parfois importante. La traduction permet une première «professionnalisation» de l'écriture, alors même que ceux qui la pratiquent sont placés au plus bas de la hiérarchie des écrivains.» (p. 71). E acrescenta: «En un temps où, le plus souvent, les auteurs reçoivent seulement des exemplaires de leurs ouvrages, les traducteurs sont les premiers à Paris à être payés en argent.» (p. 77), sendo que «Aux rémunérations indirectes du patronage, reconnues par les dédicaces ou obtenus grâce à elles, s'ajoutent ainsi celles qui proviennent directement du marché du livre.» (p. 78).

Tal como constata o autor, com base no exemplo dos tradutores e das traduções de textos espanhóis do *Siglo de Oro*, estamos perante duas realidades aparentemente contraditórias: se por um lado a depreciação da tradução surge associada à ideia de uma simples cópia – assim o entende, por exemplo, Miguel de Cervantes no *Dom Quixote* (p. 75), por outro, «l'équivalence entre traduire et transcrire fait considérer la traduction comme une forme de professionnalisation de l'écriture, capable d'assurer aux «auteurs» de solides revenus.» (p. 76). Ainda assim, questões como a fidelidade ao texto original, a par da liberdade necessária à tradução, ou o problema do plágio não deixaram de ser apontadas pelos autores, conduzindo em muitos casos à introdução de considerações dos tradutores das obras em textos como os prólogos ao leitor. É que «Pour les uns, traduire

est une activité rémunératrice, pour d'autres, une tâche qui appartient à leur charge mais qui peut aussi devenir un geste littéraire.», sobretudo quando se pretende entrar na carreira das letras (p. 85). Para Chartier, as traduções de Chapelain do *Guzmán de Alfarache* (1619 e 1621) ou o caso de Scarron que traduziu o *Buscón* (1633) exemplificam bem a ambivalência da atividade do tradutor versus autor (pp. 85 a 90). Entrando já no quarto capítulo do presente volume, «Textes sans frontières», Roger Chartier chama a atenção para uma outra realidade: a das traduções que à partida são desde logo “infieis” aos textos originais de molde a corresponderem às expectativas e aos horizontes culturais de leitores geograficamente localizados em zonas distintas. Apresenta como exemplo o caso das numerosas traduções da famosa *Brevissima relation de la destrucion de las Indias* de Bartolome de Las Casas, publicada em 1552, texto «essentiel dans la construction de “la légende noire” anti-espagnole» (p. 106), depois traduzido por toda a Europa, em contextos políticos, religiosos e sociais diferentes, que acrescidos de diversos preliminares e ilustrações procuram instrumentalizar o texto para outros fins que não os do seu autor, fins esses mais sensíveis às intenções dos impressores / editores e ao horizonte de expectativas dos leitores locais.

Uma outra variação decorrente das intervenções realizadas pelos agentes envolvidos na produção editorial, e à qual Chartier se reporta nos capítulos seis, sete e oito deste volume, é aquela que conduz à adaptação dos textos para as representações teatrais, prática frequente entre os séculos XVI e XVIII. Nos países em que a Inquisição se implementara, a adaptação à cena seria certamente uma oportunidade para a exposição de um discurso mascarado, como o demonstram as adaptações do *Dom Quixote* a marionetas por António José da Silva, judeu marrano por diversas vezes perseguido e torturado pelos inquisidores (pp. 170 a 175 e 179 a 199). A mesma realidade é demonstrada pelos exemplares de *Hamlet* anotados pelos comediantes ou «metteurs en scène», que constituem muitos outros testemunhos de interpretações diversas do texto. A publicação das peças de Shakespeare ao longo de todo o século XVII permite-nos pois observar os ajustamentos necessários à adaptação dos textos impressos quando o seu fim é serem representados. A pontuação e as modalidades da oralização tornam-se, então, instrumentos de construção de sentidos eminentemente variáveis (pp. 202 a 216). Compreende-se, assim, a apreensão de Molière, por exemplo, quanto à impressão dos seus textos (pp. 232 a 237). «Qui peut alors prétendre être fidèle à l'intention d'un auteur? D'où une définition de l'édition qui la légitime en même temps qu'elle l'historicise: «Éditer une œuvre n'est donc pas retrouver un texte idéal, mais expliciter la préférence donnée à l'un ou l'autre de ses états» (p. 265). Por tudo isto, a materialidade dos textos e das obras divide os especialistas da história do livro. No nono estudo deste volume, consagrado às controvérsias entre os especialistas do *corpus* shakespeariano, Roger Chartier clarifica os termos do debate.

De um lado, estão os que fazem da «bibliografia material» objeto de todas as atenções, procurando no conjunto de edições de uma obra aquela que seria a original; e do outro, os partidários da «sociologia dos textos» que, considerando que cada nova materialização de um texto lhe modifica positivamente o sentido, se debruçam sobre o estudo de todas as edições de uma mesma obra: «Si, paradoxalmente, la bibliographie matérielle a étudié minutieusement les exemplaires imprimés pour reconstruire le manuscrit idéal, disparu à jamais, la sociologie des textes (...) conduit à tenir chaque état d'une oeuvre comme l'une de ses incarnations historiques, qu'il faut comprendre, respecter et, possiblement, éditer.» (p. 243).

Com esta recolha de artigos, dos quais apenas um é inédito, e que retomam e completam a sua obra, Roger Chartier mergulha no alvor da imprensa, percorre todo o período do “Século de Ouro” espanhol em três passagens sobre a tradução, e interroga ainda a “textualidade numérica”. A sua auscultação sábia e erudita do *Dom Quixote*, da história dos romances de cavalaria ou da edição das obras shakespearianas deixa transparecer questões bem contemporâneas, desde a definição de propriedade intelectual, à convivência de vários meios de comunicação ou à ameaça de desmaterialização, entre muitos outros que aqui se poderiam aditar. Para finalizar, Chartier rende a sua homenagem a Paul Ricoeur, cujo um dos trabalhos, *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (2000), procurou analisar a forma como tanto a ficção como as memórias individuais têm um papel decisivo na produção da memória coletiva e na construção da história (que passam pelo oral e pelo escrito). Uma memória, que para se constituir em pensamento, deve passar pelo esquecimento.

Maria Inês Nemésio

(Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CITCEM)